



ar o PDT em São Paulo

Congresso Mesa decide se suplentes tomam posse

Se há irregularidades no caso dos suplentes que assumiram as vagas de parlamentares licenciados para participar das eleições municipais, o presidente da Câmara e do PMDB Ulysses Guimarães, foi a primeira pessoa a ignorar o novo texto constitucional, ao avalizar as convocações feitas pela Mesa da Câmara.

O deputado Juarez Batista (PSDB/MS), que assumiu a vaga do deputado Plínio Martins (PMDB/MS), justifica que apenas cumpriu o seu dever, atendendo ao chamamento da Câmara. Hoje o presidente da Câmara retorna à Casa, após a interinidade no Palácio do Planalto, e presidindo reunião da Mesa resolverá a polêmica que envolve a posse dos suplentes. A informação é que já existem dois pareceres favoráveis à permanência dos suplentes.

O questionamento sobre a legalidade da posse dos suplentes foi levantada pela deputada Wilma Maia (PDT/RN), eleita prefeita de Natal. Licenciada pelo prazo de 120 dias para concorrer às eleições, na última semana ela encaminhou à Mesa da Câmara requerimento solicitando seu retorno, o que inviabilizaria a posse do suplente Marcos Formiga (PL/RN).

Argumentando que a posse do suplente, de acordo com o novo texto constitucional só pode acontecer se o período de licenciamento do titular ultrapasse 120 dias, Wilma Maia informou que desejaria voltar à função parlamentar até sua posse, no dia 1º de janeiro de 89. O presidente Ulysses Guimarães indeferiu o requerimento e a deputada entrou com um recurso junto à Mesa, que deverá ser julgado na reunião de hoje.

A discussão chegou aos líderes dos partidos, que resolveram exigir da Mesa uma decisão que respeitasse o texto da Constituição. O presidente interino da Câmara Maurício Campos (PFL/MG) espera que na reunião de hoje "o princípio constitucional seja restabelecido, no caso, com o retorno dos parlamentares titulares". Entre os que estariam assumindo a função parlamentar irregularmente estão os suplentes Juarez Batista (PSDB/MS) que assumiu no lugar de Plínio Martins (PMDB/MS), Marcos Formiga (PL/RN) de Vilma Maia (PDT/RN), Osvaldo Trigueiro (PSD/PB) de João da Mata (PFL/PB), e Alcides Saldanha (PMDB/RS) na vaga do deputado Antônio Brito (PMDB/RS).

Uma das únicas vozes discordantes sobre a interpretação dada ao texto constitucional, entre os líderes, é do deputado Amaral Neto (PDS/RJ).